

GRUPO DE TRABALHO SOBRE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTE DIGITAL

REQUERIMENTO N° , **DE 2025.**
(Da Sra. Rogéria Santos)

Requer a realização de Audiência Pública com o tema: “Reforma da Legislação Penal – Combate à Exploração Sexual e aos Crimes Cibernéticos”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no artigo 255, do RICD, a realização de reunião de audiência pública com o tema: “Reforma da Legislação Penal – Combate à Exploração Sexual e aos Crimes Cibernéticos”, com os seguintes convidados:

1. **Polícia Federal – Delegacia de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia Infantil;**
2. **Ministério Público Federal (MPF)** – promotor especializado em crimes cibernéticos e exploração sexual infantil;
3. **Childhood Brasil** (organização de combate à exploração sexual infantil) e **Coalizão Direitos na Rede – Diminua;**
4. **Empresas:** Discord (criticada pelo acesso de menores sem controle) e representantes da Microsoft (projetos de uso de IA para detecção de material de abuso infantil);
5. **Pesquisadores em Direito Penal e Criminologia Digital;**
6. **Psicólogos ou pedagogos** especializados em proteção infantil e exposição digital;



7. **Representantes de conselhos estudantis ou movimentos juvenis de proteção digital**, para relatar a experiência direta dos impactos dos crimes cibernéticos.

JUSTIFICAÇÃO

A presente audiência pública tem como objetivo discutir a atualização da legislação penal para enfrentar a exploração sexual e os crimes cibernéticos cometidos contra crianças e adolescentes. A tipificação de condutas digitais específicas é fundamental para reduzir a impunidade, ampliar a proteção das vítimas e reforçar a responsabilidade das plataformas digitais e do Estado.

Para tanto, foram convidados os seguintes setores, com expectativas definidas:

- **Polícia Federal – Delegacia de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia Infantil (DRCCP)**: para apresentar a visão da investigação, relatando desafios técnicos e estruturais no combate a esses crimes e reforçando a importância da atuação integrada entre órgãos de segurança e justiça;
- **Childhood Brasil**: para apresentar dados atualizados sobre a exploração sexual online, suas formas de ocorrência e os impactos para as vítimas, além de propor medidas urgentes de proteção;
- **Coalizão Direitos na Rede – Diminua**: para garantir uma visão crítica sobre a reforma penal, apontando riscos de violações a direitos fundamentais e sugerindo alternativas equilibradas;



- **Discord:** para explicar de forma transparente como a plataforma lida com casos de abuso e exploração, reconhecendo falhas e apresentando propostas concretas de melhoria;
- **Microsoft:** para detalhar seus projetos baseados em inteligência artificial voltados à detecção e combate de material de abuso infantil, destacando resultados e limites;
- **Promotor do Ministério Público Federal (MPF) especializado em crimes cibernéticos:** para expor as dificuldades jurídicas e operacionais na persecução penal e sugerir aprimoramentos legislativos;
- **Jovem ou adolescente:** para dar voz àqueles que são diretamente afetados, relatando experiências de risco e expectativas quanto à proteção estatal.

O debate resultará em propostas legislativas consistentes e equilibradas, capazes de ampliar a proteção de crianças e adolescentes sem comprometer garantias fundamentais, promovendo uma atuação integrada entre poder público, sociedade civil e setor privado.

Diante do exposto, solicita-se o apoio dos Nobres Deputados para aprovação do presente Requerimento de Audiência Pública.

Sala do Grupo de Trabalho, em de de 2025.

Rogéria Santos
Deputada Federal

